

criação o mesmo fervor da primeira mensagem, o sangue tumultuoso de uma experiência nova. Se uns continuam a bater-se nas frentes mais aguerridas, nutrindo-se das lutas e das ousadias de um mundo a todo o passo renascido e a todo o passo cruel para os que se deixem envelhecer, outros, hoje homens cicatrizados ou amarguradamente ressentidos, escolhem com menos febre e mais cepticismo os seus padrões e já não sabem para que refugio lançaram muitos dos ídolos e muitas das crenças da adolescência. Há os que remoçam com cada geração que os discute, e nessa receptividade encontram novos e estimulantes filões, e os que se fecham, temerosos ou desencantados, no seu fortim de intolerâncias. Ao fim de dois, três decénios, já cada um escolheu, em definitivo, a sua rota e nela deixou uma laboriosa inquietude ou a resignação.

Vivemos, porém, num meio em que o gráfico do prestígio assenta num fio de navalha, a todo o passo salteado de arritmias, num meio onde se dá para logo se negar, onde as amizades se fatigam e os juízos são tão levianos em exaltar como em demolir. Por isso, nem sempre os loiros ou os vitupérios escolhem os mesmos soldados; por isso, e ainda porque a memória é débil, se largam na estrada muitos dos que mereciam estar presentes na meta final.

Palavras idênticas, mas com outra intenção, escrevi-as a propósito de Aquilino Ribeiro, ao referir-me à sua permanência entre os de ontem e os de hoje, por escarpados que fossem os abismos de ideias, métodos

e alvos que o separaram dos mais novos, e escrevo-as agora a propósito de um combatente da minha geração: António Augusto dos Santos Abranches. Em que lista de triunfadores ou de derrotados se deve situar este cavaleiro de esperanças, sonhador irremediavelmente adolescente, D. Quixote a perseguir, de peito em chama, mil formas de perdurar no mundo dos vivos? Direis desde já: na lista dos esquecidos. E assim é. Mas vou recordá-lo para que saibamos responder se, ao menos como homem, merece o esquecimento. Vou recordá-lo com o respeito devido a um companheiro leal, a um lutador que nem as desventuras nem os silêncios vergaram, e com a emoção de quem perdeu um amigo.

Na Coimbra de há cerca de trinta anos, entre muitos jovens portadores de fogosa irrequietude, aportou este beirão cismático, de um lirismo destemperado, que logo trocou as voltas aos planos domésticos de cavar os alicerces de um fofo destino de bacharel. Nesse viveiro de doutores, o Abranches desdenhou os diplomas, suprema ambição de todo o pequeno-burguês, e as frustrações sociais dos que gravitavam, como raça inferior, à roda da aristocracia universitária. Às imposições familiares, de, pelo menos, assentar praça no comércio que tivesse um atestado de bom senso e proveito preferiu um balcão de livros — não de livros escolares, que era negócio fácil de merceeiro, com clientela na maioria acéfala, mas de livros que lhe trouxessem o convívio daquela meia dúzia de estudantes que lia as «sebentas» por obrigação e devorava um romance, um ensaio, ou decorava um

poema por devoção. Aquela meia dúzia que, fossem quais fossem os obstáculos, os desdêns, pretendia esclarecer o seu alvoroço e dar-lhe um rumo e uma voz. Tal clientela não garantia, era bom de prever, um negócio rendável, tanto mais que a lojeca, à esquina de uma das vielas da Sé Velha, longe dos locais estratégicos, mal podia contar com o freguês ocasional; e se um deles viesse interromper um amistoso colóquio sobre temas políticos ou literários, o Abranches, que tanto podia ser amável como brusco, logo o despedia com duas pedras na mão. Não admitia intrusos. Estaria o Abranches interessado na prosperidade da casa, em apresentar à família um deve e haver eloquente? Eis uma pergunta insultuosa para quem tinha objectivos e ralações de outra monta: um novo poema, que era diário, um novo desenho, uma nova técnica de gravura e grosas de livros para ler. Lia-os ao balcão, nas horas mortas da tertúlia, e lia-os em casa, de afogadilho, numa febre de urgências, e em sobressalto, clandestinamente, pois não abrandara a excomunhão paterna. Dizia-se que o Augusto Abranches tinha uma reserva privada por debaixo das tábuas do soalho do seu quarto.

Pelas tardes, no restolho das aulas, era ali uma assembleia de moços literatos. Apareciam o José Marmelo e Silva, o João José Cochofel, o Carlos de Oliveira, eu e alguns mais. O rosto do Abranches, onde os óculos nunca encontravam poleiro certo, de tanto que o excitava a companhia, abria-se como uma flor à hora do sol. Sorria-nos, numa gratidão embevecida e com-

prometida, sem que percebêssemos o que o sorriso queria dizer. Queria dizer muito: associávamo-lo à nossa tribo, à inviolável fraternidade que nos unia, segredo e força da mensagem que encontrava nesse apoio mútuo o alento para ir longe, e isso era o mais honroso dos diplomas. Ai, pois, do intrometido que ousasse avançar uns metros além da porta, caçador furtivo a desrespeitar a coutada, nos momentos em que um de nós ia a meio de uma frase sugestiva. Víamos o Abranches empalidecer. As sobranceiras eriçavam-se. «Não, não tenho; vá a outra casa», quer o cliente demandasse um artigo chorudo, dos que engrossariam a receita diária, quer o desplante tivesse um misérrimo lápis por justificação. O azedume do António Augusto não concedia distinções.

Aquelas prateleiras de livros, as revistas literárias no escaparate do balcão eram, para ele e também para nós, o cenário apetecido. Aspirávamos-lhes o odor como um novilho numa lezíria de fenos. Por vezes, descíamos à Baixa, mesmo incorrendo no ciúme do Abranches, para oferecermos aos olhos e às narinas ainda mais fortes iguarias: a atmosfera de tintas e prelos de uma certa tipografia onde se fabricara, pouco tempo antes, a «escandalosa» *Presença*. O chefe da oficina falava-nos disso como de uma orgulhosa odisseia: desde a escolha de tipos, à paginação e à heresia do papel de embrulho em que a revista se imprimia, para afronta dos literatos e dos gráficos convencionais, tudo nos era esmiuçado com deleite. Esse primeiro andar sombrio da Rua Ferreira Borges, tão calorosamente receptivo às inovações

das sucessivas fornadas de insubmissos, era, pois, um desses locais de peregrinação. Tanto como os cafés onde se podia encontrar, em carne e osso, gente como Afonso Duarte, António de Sousa e Miguel Torga. Na nossa turma de noviços, João José Cochofel fruía o prestígio de ser amigo de Fernando Lopes Graça, de quem recebia invejadas cartas, partilhando connosco o privilégio de o acompanhar à Estação Velha sempre que ele vinha a Coimbra. O convívio, mesmo indirecto, com essas vozes destemidas, que tinham revolvido os charcos da arte lusa, encorajava-nos as insatisfações e o nosso próprio programa de rebeldias, ainda indefinido, mas no qual se procurava outro esclarecimento e outra autenticidade para a vida que ia começar. A verdade é que as divergências estéticas, dia a dia mais nítidas, não nos arrefeciam a admiração e não nos desvirtuavam os juízos. Quando, mais tarde, a *Presença* anunciou o seu último número, e já então as nossas posições se haviam distanciado, o Cochofel e eu escrevemos uma carta aos seus directores frisando que a vida intelectual portuguesa iria empobrecer com essa decisão e que a revista e o que ela traduzia continuavam a ser necessários à vitalidade das nossas letras.

De uma vez, o Abranches, que era um dos que recitavam, sem uma falha, os poemas do Casais Monteiro, não pôde conter mais o desejo de o conhecer, e abalámos juntos para o Porto com esse único fito. Não nos chegava o dinheiro para dormirmos sob telhas e, por isso, gastámos a noite de viela em viela, no mundo sórdido e

trágico da Ribeira, até que a madrugada nos encontrou de pés em sangue. Dormimos, estafados, durante toda a viagem de regresso. Mas também felizes.

Novidade literária de mais brado, desde que fosse de autor da nossa estima, era acontecimento que nos punha em alvoroço. Lembro-me que assim foi, por exemplo, com o *Jogo da Cabra-Cega*, do Régio, com os *Caminhos Magnéticos*, do Branquinho da Fonseca. Nem sempre, porém, havia reservas para satisfazer essa avidez de leitura e ninguém queria abusar das generosidades do João Cochofel, que tinha crédito ilimitado nas livrarias, e do Abranches, que franqueava as prateleiras a todo o fiel da tertúlia; daí, terem acontecido historietas como a que, noutra ensejo, evoquei a propósito de Aquilino Ribeiro. Irei repeti-la aqui: nesse tempo, os enfezados escudos da mesada mal cobriam o viciozito do bilhar ou do cigarro de mortalha lambuzada; adquirir um livro que não fosse a sebenta da praxe era um esbanjamento ou, para aceitar as regras do consenso geral, uma tolice. Mas aparecera nas montras uma nova obra de Aquilino: *Quando ao Gavião Cai a Pena*. Sem posses para uma iniciativa individual, propus a uns tantos que, como eu, não hesitariam a sacrificar uns cinemas ou umas onças de tabaco ao regalo de ler a brochura cobizada, a aquisição do exemplar numa espécie de sorteio. Talvez por isso, aquele livro está ainda hoje entre as páginas da minha eleição.

Estávamos, portanto, nisto: o Abranches escrevia poemas, contos, ensaios, numa desgovernada prolixidade; o José Marmelo e Silva e outros tinham o seu romance na forja. Mas como transformar essa ânsia premente de testemunho em obra de prelo, única forma de assinalar activamente uma presença? Dinheiro, não o havia, e os industriais de tipografia olhavam de viés os estudantes que lhes apareciam portas adentro com mais um projecto visionário, apenas afiançado pelo desejo de honrar a palavra. Esse problema afogueou o rosto, de si rubicundo, do Augusto Abranches, como já lhe afogueara o cérebro. Pois não tinha ele uma livraria e ainda umas migalhas da bolsa paterna? E grandes editoras não se haviam gerado e medrado por acreditarem nos que, de começo, não conseguem ninguém que neles acredite? Assim nasceu a Portugália de Coimbra, a pano frágil mas solto, chancela dos primeiros livros que demarcaram a cepa coimbrã da nova geração. Editora *sui generis*, bem entendido, sem alvarás nem contabilistas, e, estou em crer, sem cobradores.

Ora aconteceu que esse ingénua mas rasgado amadorismo teve as bênçãos de certo público e da crítica mais temida. Em escassos meses, as edições da baiuca da Sé Velha mereceram os escaparates das tais livrarias majestosas, que, em regra, descuidam a precária brochurinha provinciana, visto que as tribunas dos mestres da crítica as inculcavam, a toda a largura da página, ao público que se guiava pelas suas sentenças. (Um parêntese neste particular: honra aos que não hesitaram,

antes de mais provas, em dar o seu aplauso, ao tempo decisivo, a esse alfobre de novos escribas.)

Assim nasceu em Coimbra, pela mão do Augusto dos Santos Abranches, uma iniciativa editorial que contribuiu para congraçar um grupo de aspirantes à literatura, instilando-lhe a fé e garantindo-lhe as oportunidades, sem as quais a melhor semente nem chega a germinar. A partir daí, já foi possível dar corpo a vários projectos, em que ele directa ou indirectamente colaborou: uma revista literária, *Altitude*, de que raros se lembram e na qual surgia um tão prometedor estudioso da literatura, João Gaspar da Costa, que um feitiço esquivo e as lidas profissionais em breve desligaram da actividade ensaística, embora nunca o tivessem apartado da nossa amizade; e o primeiro e único volume dos *Cadernos da Juventude*, que pretendiam congregar os novos dos vários centros literários do País. Estes *Cadernos* eram dirigidos por Joaquim Namorado, Políbio Gomes dos Santos, Cochofel e alguns mais, e creio que da fogueira ateadada em sua honra nos pátios do Governo Civil apenas se salvaram três exemplares. Foi o nosso primeiro encontro com a fúria inquisidora. A partir daí, milagre quase inédito na nossa terra, diversos editores, dos que fazem contas e cobranças, abriram os braços a esses letrados de menos de vinte anos; a partir daí, fundaram-se colecções que deram um cariz diferente à vida intelectual portuguesa; a partir daí, os estímulos proliferaram.

O rasgo do Augusto Abranches teria sido obra de